

# O PROCESSO DE PRODUÇÃO DAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM E DA SIGNIFICAÇÃO: QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS

Por **Maria de Fátima Barbosa de M. BATISTA**, tradução do original francês de **PAIS, Cidmar Teodoro**. *Le procès de production des sciences du langage et de la signification: questions épistemologiques et méthodologiques* in *Conditions sémantico-syntaxique et sémiotique de la productivité systémique, lexicale et discursive*, Tese de Doctorat-ès lettres, Paris 4, 1993.

## 1. Preliminares

Há aproximadamente dois séculos que a linguística se constituiu como ciência autônoma, incluindo-se no escopo das ciências ditas humanas. Durante todo esse tempo, as pesquisas, desenvolvidas em um ritmo sempre acelerado, permitiram-lhe, progressivamente, precisar melhor o seu objeto, dar a seus métodos um rigor preciso e ampliar, consideravelmente, seu campo ou domínio de atuação, de sorte que reflexões epistemológicas atentas tornam-se hoje necessárias, tanto para aqueles cujo trabalho diz respeito à práxis científica, como para aqueles que se utilizam de seus resultados.

De um lado, observou-se, muitas vezes, que os primeiros contatos com a ciência da linguagem produziram, entre os não iniciados, um sentimento de perplexidade. Para estes, é muito difícil elaborar uma ideia clara da coerência das proporções teóricas da linguística e da contribuição de suas aplicações. De outro, a necessidade de uma reflexão teórica desta natureza tornou-se urgente entre os próprios linguistas na medida em que pretendem conduzir os seus projetos de pesquisa de uma maneira produtiva, sem deslizar para o caminho mais fácil e estéril da aplicação imediatista, por vezes ingênua, dos modelos teóricos. Com efeito, esta aplicação imediatista tende a excluir dos modelos teóricos seu poder de análise, tornando-os nulos ou, pelo menos, reduzindo, sensivelmente, a função crítica do método científico.

Assim, devido à multiplicidade, à extensão e à complexidade das questões propostas, este trabalho constitui uma modesta contribuição às investigações que esta ciência se impõe nos dias de hoje. Entretanto, parece-nos útil ou até mesmo indispensável a nosso trabalho tecer algumas considerações sobre os modelos, ou mais precisamente sobre os metamodelos cuja sucessão e cujo aperfeiçoamento contínuo caracterizam, essencialmente, o avanço e a progressão dos estudos e das reflexões sobre a linguagem. Partiremos das concepções filosóficas e daquelas chamadas pré-científicas, no decorrer do seu processo histórico, em direção à produção da ciência da linguagem propriamente dita, ao longo das diferentes etapas de sua breve história enquanto ciência independente. Fizemos uma primeira leitura epistemológica da história das ciências da linguagem num trabalho anterior<sup>1</sup>, que reformulamos, profundamente, no presente estudo.

1 . Cf. Pais, C. T. Algumas reflexões sobre os modelos em linguística in *Lingua e literatura*, Vol 9, São Paulo: FFLCH-USP, 1980, p.90-116

Os metamodelos, como se sabe, são modelos científicos gerais cuja integração e articulação, no interior de um conjunto coerente, constituem uma teoria e servem, além disso, para a construção de modelos descritivos propriamente ditos. Neste sentido, convém observar, preliminarmente, que uma compreensão um pouco mais aprofundada, não apenas das diversas teorias linguísticas, como também de seu papel no desenvolvimento desta ciência, vista como um processo de — construção e permanente reconstrução de um saber — e de seus desdobramentos tecnológicos — a elaboração e a constante reelaboração de um saber fazer — exige sempre certo recuo epistemológico.

Toda tentativa de construir uma taxonomia das disciplinas científicas está destinada a encontrar os maiores obstáculos. A tarefa de procurar definir a autonomia, a especificidade, o caráter e os limites destas disciplinas revelam-se árdua, ante a evolução rápida da investigação científica, da especialização acentuada do saber, da complexidade crescente das soluções tecnológicas e da multiplicidade dos estudos interdisciplinares. Todavia, ao mesmo tempo em que se constata que as áreas chamadas fronteiriças são muitas vezes fecundas, é preciso considerar que a qualidade e a confiabilidade das pesquisas e de suas eventuais aplicações se baseiam na determinação precisa dos objetos e de seus campos de ação. Estas pesquisas devem-se fundamentar no controle rigoroso dos métodos e da metalinguagem cuja elaboração é indissociável da construção da própria ciência. Poder-se-ia acrescentar que estas são as condições para que as contribuições interdisciplinares possam ser verdadeiramente produtivas. Desta maneira, nosso interesse pelos metamodelos nos parece plenamente justificado.

## 2. A concepção “clássica” de língua

Conforme pudemos verificar, os primeiros linguistas tiveram como ponto de partida de seus trabalhos as proposições formuladas pelos gramáticos, pelos filólogos e pelos filósofos da linguagem dos séculos XVI, XVII e XVIII. Estas proposições constituíam, por sua vez, e em muitos aspectos, a retomada e a continuação da tradição greco-romana neste domínio.

Do ponto de vista que aqui nos interessa, iremos analisar as línguas consideradas “civilizadas” — o grego, pelos sábios da Alexandria, do II e I séculos antes de Cristo; o grego e o latim para os gramáticos romanos; o grego, o latim e as línguas européias dotadas de prestígio político e cultural, segundo critérios muito variáveis, dados pelos gramáticos e filólogos posteriores à Renascença. Estes critérios de civilização e prestígio eram concebidos de tal forma que todas estas línguas apresentavam sempre, fundamentalmente, três grandes fases, três etapas de sua história: a) um período “arcaico”, dito de formação da língua, a partir da linguagem “rústica”, “pobre”, de pastores e de agricultores, de soldados e de camponeses — e que era, também, um período em que os primeiros autores apareciam, conferindo “identidade” a esta mesma língua; b) um período em que a língua se manifesta em toda a sua plenitude, onde ela se revela “perfeita” ou a “mais perfeita possível”, período que se define como sendo o apogeu político e cultural, a que pertencem os escritores considerados os melhores que, por esta razão, devem ser ensinados nas escolas de onde se origina, *a posteriori*, a denominação errônea de “período clássico”; c) um período de “decadência”, de perda dos valores civilizatórios, de “deterioração” da língua que conduz a um *sermo*

*uulgaris* que as pessoas bem formadas deveriam evitar. Desta maneira, associaram-se em situações históricas, comparáveis sob certos aspectos, diferentes fases, ou seja: a fase de formação, de constituição e de crescimento, a fase de expansão máxima e com maior poder político e econômico, a fase de estagnação, declínio e refluxo dos diferentes impérios, — mesmo quando eles não se atribuem este título — a tantos outros períodos de suas respectivas línguas que lhes corresponderiam, poder-se-ia dizer, “segundo a natureza das coisas”. Trata-se, sem dúvida, de uma concepção imperial da língua. Esta persiste ainda, de forma mais ou menos acentuada, na educação institucional de numerosos países. Ela explica, sob certos aspectos, a política educacional e cultural de seus governantes.

Assim, a gramática e a filologia, criadas explicitamente pelos sábios de Alexandria, retomadas, parcialmente, pelas gramáticas romanas e, ainda, largamente desenvolvidas, sobretudo a partir do século XVII caracterizam-se, desde seu nascimento, como disciplinas complementares e solidária, tanto por seus métodos, como por seus objetivos. Com efeito, a gramática foi definida, no momento mesmo de sua criação, como uma disciplina simultaneamente descritiva e normativa que se propunha a oferecer elementos para ensinar a escrever “com correção e elegância”. Suas regras e recomendações deveriam ser extraídas do conjunto de textos dos bons escritores que mereceram esta classificação, diga-se de passagem, em função de critérios nem sempre muitos claros. Por seu turno, a filologia constituiu-se, enquanto “estudo da cultura através dos textos, uma definição corrente, pouco ambiciosa e, além disso, incompleta, tanto em relação aos procedimentos como pelas tarefas que lhe foram atribuídas”.

Pretendendo ensinar a escrever com correção e elegância e a ênfase colocada na palavra escrita — para preservar o patrimônio linguístico, opondo-se, ao mesmo tempo, à deterioração da língua, a gramática deveria apoiar-se, para formulação de suas regras e de suas prescrições, em textos de bons escritores que lhe conferiam sua “autoridade”. O trabalho da filologia torna-se, então, necessário. Ela é encarregada de examinar e comparar as diferentes variantes e versões das obras destes escritores, observadas em suas sucessivas edições manuscritas (e impressas) a partir do século XVI e que as tornam menos dignas de confiança quanto à fidelidade em relação aos textos originais. Tentará, também, reconstituir os textos que sejam os mais próximos possíveis desses textos originais e, ainda, despender esforços para elaborar e propor explicações viáveis dos dados culturais inscritos nos textos, de modo a torná-los compreensíveis ou mais compreensíveis. Todavia, nos julgamentos das variantes e das versões, nas escolhas das formas que se deve considerar adequadas, é preciso utilizar critérios. Entre esses critérios, as escolhas baseadas em regras e prescrições da gramática não foram negligenciadas, visto que os bons escritores, por definição, escreviam bem e não cometeriam erros de gramática. Assim, o círculo recomeça. Aliás, pode-se observar que a gramática tradicional faz abstração da linguagem oral, de maneira constante. Por outro lado, os textos selecionados como representativos da linguagem escrita são, invariavelmente, aqueles que se inserem nos cânones de certa literalidade, embora se reconheça uma graduação. De outro lado, os autores escolhidos para servirem de fonte para a gramática podem se encontrar relativamente afastados uns dos outros no eixo do tempo, por vezes mesmo, alguns séculos. Os textos nas quais a gramática extrai os seus elementos para formular as suas regras, considerados como documentos representativos,

não apenas de uma língua, mas de um estágio desta língua, estabelecem uma espécie de sincronia muito discutível, cujos limites são muito flexíveis<sup>2</sup>.

### 3. Concepções de signo na Idade Média e depois da Renascença:

A maneira como se concentre os signos numa cultura dada corresponde à noção de episteme, de atitude epistêmica<sup>3</sup>. Esta constitui um dos elementos determinantes para a proposição de uma tipologia das culturas.

De uma forma bastante sumária e aqui limitada aos aspectos que nos dizem respeito mais de perto, poder-se-ia dizer que a Idade Média, dada a sua visão teocêntrica do mundo, considera, tanto os signos verbais como os não verbais como a parte “material visível, de uma realidade mais vasta, invisível<sup>4</sup>”. Desta concepção metonímica do signo, a imagem de Nossa Senhora, na catedral, por exemplo, era uma parte dela mesma, assim como, a palavra amor era também uma parte desta realidade espiritual, o amor. Tal concepção persiste ainda, em muitas culturas, de forma intuitiva entre os sujeitos falantes que, por exemplo, ainda em nossos dias, não querem nomear ou escutar o nome de certas doenças, pois temem que isto possa lhes atrair o mal sobre si próprio.

O Renascimento caracterizou-se como uma autêntica revolução política e econômica, filosófica, espiritual e cultural. Seguida de uma tomada de valores da Antiguidade greco-romana, uma visão antropocêntrica foi elaborada ou, antes, reelaborada. De acordo com tal concepção, o homem é capaz de compreender e dominar o mundo por sua racionalidade. “O homem é a medida de todas as coisas”. É, portanto, a medida do bem, da beleza, da justiça. Na Renascença, os signos são considerados como “a representação adequada do mundo natural.<sup>5</sup> Então, não se concebia mais o signo como sendo uma parte do objeto, mas seu representante. Isto significa que o signo é visualizado, nesta realidade, como outro objeto que, entretanto, tem uma função específica: a de representar, neste momento, “*in praesentia*”, o objeto primeiro que se encontra “*in absentia*”. De acordo com a visão antropocêntrica do mundo, onde tudo devia submeter-se a razão humana, a ênfase é dada ao mundo natural. Permanece, certamente, o problema muito complexo de saber em que termos esta representação é adequada. Os sofistas, Platão e Aristóteles debruçaram-se, longamente, sobre esta questão central. Tomemos o Crátilo, por exemplo, onde se discute se os signos deveriam ser considerados como decorrentes de uma necessidade da natureza (ὄusep=segundo a natureza) ou se eles tinham sua origem vinculada ao poder de julgamento dos homens (νόμοι) e se eles resultam de uma convenção ou de um acordo entre os homens

---

2. Mesmo se os aspectos discutidos nesse primeiro subcapítulo já sejam conhecidos, parece-me útil a literatura de: DONZE, R. *La grammaire et générale et raisonnée de Port-Royal*. Contribution à l'histoire des idées grammaticales em France, Payot, 1976, p.21-33. LEROY, M. Les grandes courants de la linguistique moderne. Bruxelles, Presses Universitaires de France, Presses Universitaires de Bruxelles, 1966, p.3-14. MATTOSO CÂMARA JR, J. *História da linguística*. 2ª.ed. Petrópolis, vazes, 1075, p.9. MOUNIN, G. *Historie de la Linguistique. D's origines ou Xxè siècle*. Paris, Presses Universitaires de France, 1967, p.17-151. ROBINS, H.R. *Brève histoire de la linguistique. De Platon à Chomsky*. Paris, Seuil, 1976, p. 9-139.

3. Foucault, M. *Lês mots et lês choses* Paris. Gallimard, 1966, p. 19-91. Cf. Aussi Greimas, A. O contracto de veridicação in *Acta de Semiótica e Linguística*, v.2, São Paulo. Hucitec, 1978, p.211-221.

4. Cf. Greimas, op. *Cit.*, p.215

5. Cf. Foucault. *Op.cit.*p.60-91 e Cf GREIMAS, *Op.cit.*p215

(Θέσει=segundo aquilo que foi posto)<sup>6</sup>. É preciso acrescentar, nesta mesma ordem de raciocínio, as proposições de Protágoras<sup>7</sup>: sendo o homem a medida de todas as coisas, as coisas não existem a não ser em relação com o homem. A relatividade de Protágoras não está sem a relação com as preocupações das correntes estruturalistas a propósito da diversidade linguística e cultural, como assinalamos, trata-se de uma questão central que, até a presente data, está longe de ter encontrado uma solução verdadeiramente satisfatória. Estas discussões levantadas na Renascença conduziram à teoria clássica do signo: *o signo é sempre signo de alguma coisa*<sup>8</sup>.

Fundamentando-se nestas concepções, os gramáticos de Port-Royal, por sua vez, sustentaram que, de uma maneira geral, a linguagem humana é essencialmente lógica e universal. Tomaram como referência e, ao mesmo tempo como instrumento de trabalho, a lógica formal, alética, tal como havia sido proposta por Aristóteles e reelaborada, em seguida, por São Tomas de Aquino, entre outros. Desde então, as distorções observáveis nos discursos dos homens não são, senão, uma aparência: elas decorrem de sua natural imperfeição. Todavia, uma análise rigorosa permite reduzir e submeter tais discursos aos modelos lógicos. Além disso, para os gramáticos de Port Royal, a natureza do signo, a natureza da linguagem e sua universalidade encontram sua explicação última na teologia<sup>9</sup>.

Devido à importância de questões tratadas pelos filósofos, filólogos e gramáticos, ao longo desta bela tradição clássica, é necessário ter em consideração os conceitos e os métodos mais importantes que precederam à criação da linguística, enquanto ciência autônoma se quisermos compreender, claramente, seu desenvolvimento ulterior.

#### 4. A Linguística histórica comparada:

Durante sua primeira grande etapa, no século XIX, a ciência da linguagem, como, aliás, o fez todas as ciências dessa época, elegeu por modelo a biologia<sup>10</sup>, então considerada a ciência exemplar, de mais alto prestígio. Assim, a linguística, nesse período, foi inspirada nos *metamodelos* da biologia e constituída como disciplina evolucionista, historicista, positivista<sup>11</sup>. E outro quadro dos estudos da linguagem, um dos acontecimentos determinantes foi, sem dúvida alguma, a descoberta do sânscrito. Língua geograficamente afastada cujos falantes não teriam tido, pelo que se sabe, praticamente nenhum contato com as línguas europeias durante o período histórico<sup>12</sup>, suas semelhanças, sob vários aspectos,

6. PLATON, Oeuvres complètes. V.2. Coleção das universidades da França, sob o patrocínio da Associação Guillaume Budé. Paris, "Les Belles Lettres", 1969.

7. PLATON, Oeuvres complètes. V.3, 1 parte. *Protagoras*. Coleção das universidades da França, sob o patrocínio da Associação Guillaume Budé. Paris, "Les Belles Lettres", 1955

8. A este propósito Cf. MALMBERG, B. Signes et Symboles. Les Bases du Langage humain. Paris, Picard, 1977, p.31-92.

9. Uma visão muito completa e exata das proposições de Port Royal foi apresentada por DONZÉ, R. Op. *Cit*

10. Cf 13. *in fine*. De forma geral, a linguística histórica do Século XIX, inspirou-se também nos modelos e nos métodos de observação das ciências físicas e naturais. Cf por exemplo, MEILLET, A. – Linguistique historique et linguistique générale. Paris, Librairie Honoré Champion, Editeur, 1965

11. Cf., por exemplo, JESPERSEN, O. – Op. *Cit.*, p. 34-98.

12. O contato efêmero da armada de Alexandre, O Grande, não despertou o interesse dos gregos que, como se sabe, consideravam as outras línguas que não fossem a sua como línguas bárbaras.

em relação ao grego, ao latim e ao gótico, atraíram, fortemente, a atenção dos estudiosos. Daí o desencadeamento de uma vasta série de trabalhos comparativos, inicialmente relacionados com essas línguas e, em seguida, com muitas outras, como por exemplo, a comparação das línguas românicas e aquela de línguas germânicas cujo resultado foi uma extraordinária produção científica. O método histórico e comparativo (ou se preferirmos o método histórico – comparativo) se propõe, fundamentalmente, à realização de duas tarefas. A primeira consiste em fazer o estudo comparativo da evolução das línguas, relativas aos períodos historicamente documentados, ou seja, o estudo constatado das revoluções. Inicialmente, são as semelhanças entre as diferentes línguas que despertaram o interesse dos linguistas. Entretanto, logo eles se deram conta de que essas semelhanças, embora curiosas, não podiam elas próprias, constituir um critério muito seguro, sendo muitas vezes enganosas ou relegadas à condição de simples coincidências. Assim, as pesquisas histórico-comparadas, sob sua forma definitiva, foram consideradas como elementos capazes de provar as diferenças constantes entre as diversas línguas que possibilitariam o estabelecimento de correlações do tipo de:

Grego	Latim	Sânscrito	Gótico
πατηρ	<i>pater</i>	<i>pitṛ</i>	<i>fadar</i>

(onde gr., lat., e sânsc., apresentam **p-**, enquanto o gót apresenta o **f-**;  
Onde lat., e gr., **-er**; sânsc., **-r**; gót., **-ar**; etc), ou ainda:

Grego	Latim	Sânscrito	Gótico
εκατον	<i>centum</i>	<i>śatam</i>	<i>hundert</i>

(onde gr., e lat., **k-**; sânsc., **ś-**; gót., **h-**; etc)

Tais correlações, reunidas em listas muito extensas, demonstram evoluções divergentes a partir de formas comuns, das quais se podem fazer a inferência, baseando-se na relação com a evolução atestada nas línguas implicadas. Demonstra-se, assim, que as formas inscritas nestas listas de correlações têm um ponto de partida comum que não é nenhuma destas formas. O valor comprobatório destes dados é de tal modo evidente que não é necessário ser um linguista para tirar conclusões; verifica-se, ainda, através das relações entre os grupos de palavras, como por exemplo<sup>13</sup>:

13. Cf. MEILLET, A. La méthode comparative em linguistique historique. Paris, Librairie Honoré Champion Editeur, 1966, p.1-11.

	<b>Grego</b>	<b>Latim</b>	<b>Sânscrito</b>
"três"	τρῆς	<i>trēs</i>	<i>trāyaḥ</i>
"quatro"	τέτταρες	<i>quattuor</i>	<i>catvāraḥ</i>
"cinco"	πέντε	<i>quinque</i>	<i>pāñca</i>
"seis"	ἕξ	<i>sex</i>	<i>ṣaṭ</i>
"sete"	ἑπτὰ	<i>septem</i>	<i>saptā</i>
"oito"	ὀκτώ	<i>octō</i>	<i>aṣṭā</i>
"nove"	ἐννέα	<i>novem</i>	<i>nāva</i>
"dez"	δέκα	<i>decem</i>	<i>dāca</i>

O método desenvolvido com rigor atingiu alto nível de precisão permitindo, também, definir grupos de línguas e estabelecer graus de parentesco entre elas.

A segunda tarefa da linguística histórica e comparativa é a da reconstrução linguística. Em outras palavras, trata-se da tentativa de reconstituir períodos não documentados, não atestados da evolução linguística que esteja ligado a uma língua ou a um grupo de línguas. Esta constituição pode-se referir a períodos anteriores da evolução documentada, como é o caso, por exemplo, do indo-europeu. Língua hipotética da qual não se têm documentos escritos e cuja cultura correspondente não deixou nenhum documento arqueológico, o indo-europeu teria sido falado entre 50000 e 30000 A.D. Os linguistas a designaram assim porque suas formas hipotéticas, reconstituídas a partir de correlações evolutivas documentadas nas línguas da Ásia (o sânscrito e o persa, depois, o armênio e o hitita ) e da Europa (o grego, o latim, o celta, o lituano, o albanês, o gótico, etc) permitiam integrar as ditas correlações, estabelecidas segundo o método histórico e comparativo, num todo coerente que explicava bem os aspectos da evolução destas línguas. Observemos, por exemplo:

<b>Indo-europeu</b>		
	<i>*ekʷos</i>	<b>*Forma hipotética</b>
<b>Grego</b>	<b>Latim</b>	<b>Sânscrito</b>
ἵππος	<i>equus</i>	<i>aśvāḥ</i>

Embora os documentos arqueológicos não existissem, a reconstrução linguística do indo-europeu oferecia elementos para a reconstrução da cultura indo-europeia à qual, então, estava associada. A comparação das formas atestadas e a reconstrução das formas hipotéticas se ajudavam, implicavam-se reciprocamente, nos trabalhos de pesquisa, no movimento constante de acréscimo e de garantia. Sendo dada a coerência das correlações

e a demonstração conclusiva do parentesco destas línguas e sua origem comum, o método autorizava, ao mesmo tempo, classificá-las como membros da vasta família indo-europeia<sup>14</sup>.

Por outro lado, a reconstrução linguística ocupou-se, também, dos períodos intermediários, não documentados, situados entre dois períodos documentados, ou seja, os buracos negros na história da evolução linguística. Este foi o caso do romanço. Este termo designa, na realidade, um conjunto de cento e oitenta dialetos, aproximadamente, resultantes da fragmentação linguística do latim, durante o período compreendido entre o Século V (época onde se encontram os últimos documentos que atestam sua utilização enquanto língua viva de comunicação) e a aparição dos primeiros escritos em línguas românicas (no Século IX para o francês, o Século XII para o português, por exemplo). Também neste domínio, a comparação das formas atestadas e a reconstrução de formas hipotéticas foram, constantemente, atividades complementares<sup>15</sup>.

Desta maneira, a linguística histórica e comparada sustentou uma concepção que se inspirava diretamente na biologia. Tratava-se da metáfora biológica: as línguas são comparáveis a seres vivos, pois nascem, crescem, desenvolvem-se, reproduzem-se e morrem. Esta concepção permitiu fazer a distinção entre línguas vivas e línguas mortas — quando existem documentos escritos, como é o caso do latim, do gótico, do sânscrito védico e clássico, com línguas extintas, quando não havia documentos escritos, como é o caso do dálmata moderno. Opuseram-se, ainda, as línguas mães às línguas filhas como, por exemplo, o latim e as línguas românicas. Tornou-se possível, então, propor uma classificação genética das línguas.

Nesta linha, August Schleicher (1821-1868), um dos grandes linguistas do século XX, formulou a “Stammbaumtheorie” ou a teoria da árvore genealógica das línguas. Assim, as línguas das famílias europeias foram reunidas com base nas correlações fonéticas e correspondências lexicais em subfamílias: a germânica, a ítalo-céltica, a balto-eslávica, a indo-iraniana, etc. Para cada uma dessas subfamílias uma Grundsprache ou língua comum era colocada, uma língua aparentada, fazendo-se remontar em seguida, a uma “Ursprache” ou língua original, língua mãe, a única que possuía as características que tais línguas têm em comum. A partir da comparação das formas constatadas nas línguas das diversas subfamílias, poder-se-ia fazer a reconstrução das formas hipotéticas pertencentes à forma indo-europeia, língua ancestral comum e, portanto, à reconstrução desta língua que era hipotética conforme já assinalamos<sup>16</sup>. Com o esquema em árvore, representamos em um

---

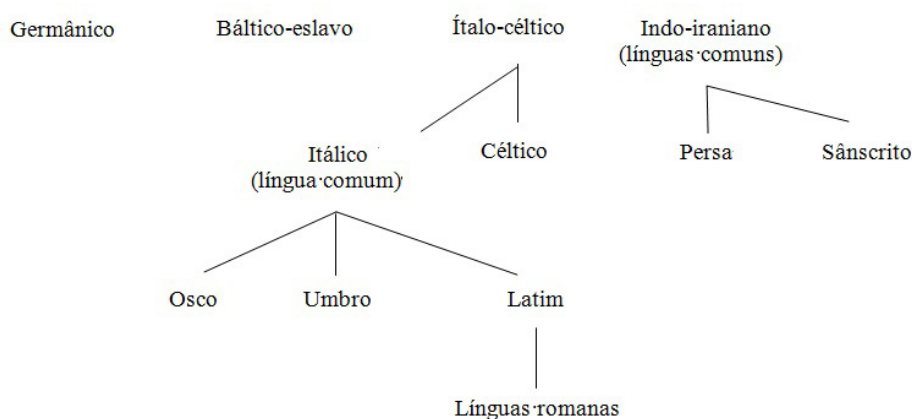
14 . A propósito da comparação das línguas indo-europeias, da elaboração de uma gramática e comparada destas línguas e da reconstrução do indo-europeu, ver. MEILLET, A – introduction à l'étude comparative des langues indo-européennes. Prefácio de Georges C. Buck, Alabama, University of Alabama Press, 1964; Cf também KRAHE, H – indogermanische Sprachwissenschaft. 2vol. e edit Berlin, Walter Gruyter & Co, 1966. A propósito do estudo comparativo das línguas clássicas, cf. MEILLET, A e VENDREYES, J – Traité de grammaire comparée des langues classiques. 3ed. Paris. Librairie Ancienne honoré Champion, 1963.

15. A propósito do estudo histórico e comparativo das línguas românicas, a pesquisa mais importante do século XIX é sem dúvida a de W. Meyer – Luke. É útil ver MEYER – L “BKE, W – Einführung in das Studium der Romanischen Sprachwissenschaft 3. ed. Heidelberg, 1920. Cf. também entre outros, BOURCIEZ, E Eléments de linguistique romane 4 ed. Paris. Klincksieck, 1956. MAURER, Jr. Th.H – A unidade da românia ocidental. São Paulo, 1951; WARTBURG, W.V – La fragmentation linguistique de la românia, Paris, Klincksieck, 1967.

16. A propósito da reconstrução linguística, cf. p.17 e seguintes. De Schleicher vem também a prática de distinguir as formas hipotéticas com o asterisco.



sistema totalizante as relações históricas das línguas concernentes<sup>17</sup>. Observemos, como exemplo, um segmento genealógico das línguas indo-europeias:



**Figura 1** – Segmento da árvore genealógica das línguas indo – europeias.

Inspirando-se nos trabalhos e no prestígio das ciências naturais (e mais particularmente da botânica) Schleicher concebia a própria linguística como uma ciência natural. Ele acreditava que a abordagem de Darwin, cuja importância epistemológica e metodológica muito rapidamente ele reconheceu, o autorizava a transportar estes modelos e tirar deles todas as conclusões para o plano da ciência da linguagem<sup>18</sup>. Por outro lado, Schleicher sustentava, mesmo diante da influência do Darwinismo que as línguas, enquanto organismos evoluíam e apresentavam, sem que a consciência dos locutores interviesse no processo, períodos de crescimento, maturidade e declínio. Ideias mais ou menos próximas haviam sido propostas por outros comparatistas, como, por exemplo, Franz Bopp<sup>19</sup>. Neste ponto, pode-se reconhecer em Schleicher, de um lado, a herança do pensamento filológico clássico<sup>20</sup> e, de outro, certa visão que decorria do romantismo alemão. É preciso aí acrescentar, sem nenhuma dúvida, o papel desempenhado nesta teoria pelas proposições de Hegel<sup>21</sup>.

As árvores genealógicas das línguas foram severamente criticadas pelos linguistas comparatistas subsequentes. Com efeito, a passagem de um estado, onde se possa colocar a existência de uma língua dada, ao estado seguinte onde se encontram duas ou várias línguas claramente distintas não ocorre em um momento preciso, no eixo da história, correspondendo a um ramo de uma linha na árvore. Em outras palavras, os sujeitos falantes de uma língua têm consciência, em todo tempo, de falar a “mesma língua”, não se configurando jamais a ruptura linguística como o esquema em árvore, poderia fazer entender. Ao contrário, um processo contínuo de mudança se desenvolve onde os subdialetos, de início muito próximos,

17. Para uma visão de conjunto das proposições de Schleicher, cf. sua obra mais importante: Weimar, 1861 (4 edição, 1876). (Compendium de la grammaire comparée des langues indo – germaniques; Abrégé de la phonétique et de la morphologie de la langue – mère indo – germanique). Observamos também sua concepção de sistema como um núcleo de relações históricas.

18. Cf. SCHLEICHER, A. – *Die darwische Theorie und die Sprachwissenschaft*. Weimar, 1863

19. Cf. BOPP, F. – *Vocalisme oder Sprachvergleichende Kritiken*. Berlin, 1836, I.

20. Cf. abaixo 1.2. A concepção “clássica” da língua

21. Cf. ROBINS, R.H. – *Op. Cit.*, p. 187-189. Cf. também MOUNIN, G. – *Op. Cit.*, p. 192-198

afastam-se lenta e progressivamente, segundo uma divergência dialetal sempre crescente, cujo desenlace se define pela caracterização de duas ou mais línguas nitidamente distintas. Como se trata de um processo contínuo, toda tentativa de delimitar suas etapas sucessivas não constituem simplesmente uma ruptura arbitrária<sup>22</sup>.

A teoria das árvores genealógicas das línguas se opõe, em sua interpretação estética, a fatos evolutivos bem atestados e as divisões bipartidas rígidas parecem inaceitáveis, como acabamos de ver, uma vez que fatos foram partilhados por grupos diferentes, com cruzamentos constantes. Procurando dar conta desses fatos Yohannes Schmidt, aluno de Schleicher, propôs sua *Weilentheorie*, isto é, a teoria das ondas. Segundo esta teoria, as mudanças e inovações linguísticas se propagam como ondas sobre o território lingüístico, cobrindo uma área determinada. Tais ondas podem ultrapassar as fronteiras dialéticas e passar de um dialeto a outro e mesmo de uma língua para outra desde que haja contigüidade geográfica, ou que os contatos linguísticos persistem<sup>23</sup>. Na verdade, a teoria das ondas constitui uma reformulação e um enriquecimento da teoria da árvore genealógica. Ela preserva sempre um interesse didático, enquanto meio de representar as relações históricas entre línguas que pertencem a uma família linguística. Conserva, também, certo valor científico, com condição de representar esta representação, fazendo o *depart* entre evolução biológica que ela assume metaforicamente, e evolução das línguas enquanto fenômeno cultural.

Por outro lado, a teoria das ondas revelou-se muito produtiva para o tratamento do problema da evolução das línguas fundamentado na geografia linguística, conduzindo a dialetologia indo-europeia cujos modelos foram logo estendidos ao estudo de outros grupos de línguas. A noção de isoglossa, ou seja, a linha imaginária que separa duas áreas dialetais, desempenha aí um papel essencial, pois define os limites de propagação de uma onda correspondente a certa mudança linguística. De certa maneira, a linguística histórica e comparada conseguiu formular uma teoria da fragmentação linguística que não foi suplementada até hoje, no que diz respeito ao processo de evolução linguística<sup>24</sup>. Podemos, esquematizá-lo da forma seguinte:

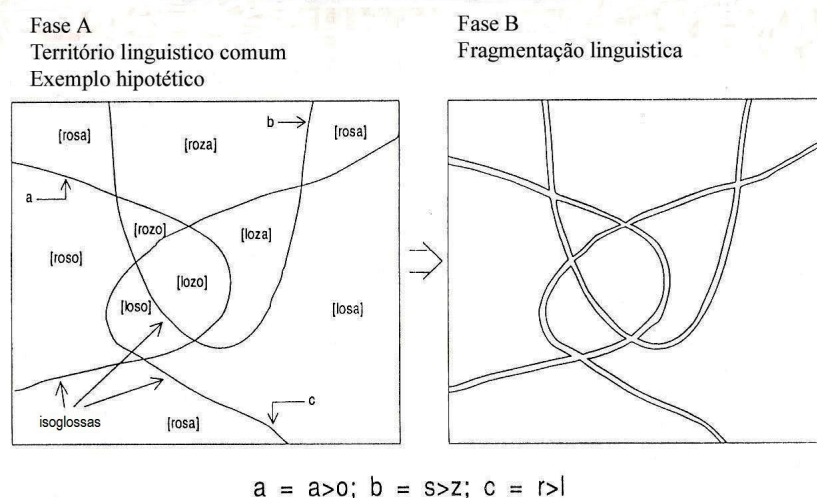
---

22. Cf. JESPERSEN, O. – *Op. cit.*, p. 76-83. Cf. também ROBINS, R.H. – *Op. Cit.*, p. 188-19; MOUNIN, G. – *Op. Cit.*, p. 196-197

23. Cf. SCHMIDT, J. – *Die Verwandtschaftsverhältnisse der indogermanischen Sprachen*. Weimar, 1872

24. Cf. WATBURG, W. V. – *Op. cit.* Neste sentido, por exemplo, a isoglossa que vai da cidade de Spezia àquela de Rimini separa a România ocidental da România oriental. Uma outra isoglossa separa as línguas romanas que preservaram o *quaero* (português, espanhol e catalão) daquelas que conservaram *uolo* (francês, italiano, etc).

Figura 2 - Exemplo teórico da fragmentação



Nestes metamodelos, estão subjacentes algumas ideias muito importantes que merecem ser destacadas mesmo que não tenham sido claramente explicitadas na época de sua formulação. Vale ressaltar, por exemplo, que as ondas de mudanças fonéticas, assim como as vagas, sustentadas pelas unidades lexicais – os empréstimos lexicais – passam de um dialeto a outro ou de uma língua a outra, enquanto subsistem os contatos linguísticos, dando lugar a interferências linguísticas. Existe, de certa maneira, uma concepção do dinamismo da linguagem em funcionamento que não está sem relação com a noção de pancronia “*latu sensu*” e que se vincula com as proposições da sociolinguística atual.

Na linguística histórica e comparada, a teoria da fragmentação linguística contribuiu, decisivamente, para a crítica da concepção de língua mãe, única e homogênea, conduzindo, no caso do indo-europeu, a proposta de Meillet do proto-indo-europeu, considerada como uma língua diferenciada que comportava, desde o início, traços dialetais, isto é, tratava-se de uma protolíngua cujas formas hipotéticas reconstruídas, ou as proto-formas, não pertenciam, necessariamente, à mesma época e ao mesmo lugar geográfico, mas serviam para especificar aspectos da evolução das línguas indo-européias, permitindo associar os ramos distais das línguas aos proto-dialéticos da protolíngua considerada<sup>25</sup>.

De outra maneira, a linguística histórica e comparada chegou a classificar, segundo o critério genético<sup>26</sup>, as línguas conhecidas no mundo em sete grandes famílias, com exceção de algumas línguas ditas isoladas, como o japonês e o basco que resistiram ao método e não puderam ser colocadas em relação com as outras através das correlações.

Na realidade, os linguistas comparatistas do século XIX se ocuparam, sobretudo, da fonética. Os estudos sobre o léxico – salvo quando eram utilizados como apoio ao exame das mudanças fonéticas – e sobre a sintaxe eram menos freqüentes e, sobretudo, fragmentários. A semântica era concebida como a história da evolução do sentido das palavras. Assim, o último movimento da linguística histórica e comparada, até seu apogeu,

25. Cf. MEILLET, A. *Les dialectes indo-européens*. Paris. Librairie Ancienne Edouard Champion. Editeur, 1950.

26. Id. *ibid*

aquele dos *Junggrammatiker* ou dos neogramáticos sustentou teses de grande importância para o desenvolvimento ulterior da linguística, como por exemplo, a afirmação categórica da regularidade das mudanças fonéticas. Estas mudanças tiveram lugar segundo aquilo que os neogramáticos chamam **leis fonéticas**, isto é, leis da evolução fonética, válidas para um dialético dado e por um período dado, como se pode ver na obra principal de Brugmann e Delbrück<sup>27</sup>. Decorre disto, uma tomada de posição epistemológica cuja contribuição não deve ser negligenciada e que se poderia resumir da forma seguinte: sem *regularidade não existe ciência possível*<sup>28</sup>.

Reconhece-se aí um salto qualitativo. A lingüista, então, distancia-se progressivamente do comparativismo, bastante limitado dos autores precedentes, para tornar-se, cada vez mais, uma ciência histórica, conforme a segunda tese dos neogramáticos<sup>29</sup> que levou a implicações epistemológicas e metodológicas profundas. Enfim, uma terceira tese dos neogramáticos teria, também, consequências epistemológicas importantes: a introdução explícita e sistemática do recurso à psicologia conduzia à tomada em consideração dos fatores psicológicos na economia das mudanças linguísticas. Assim, por exemplo, a utilização do conceito de analogia permitia diversificar e relativizar a força cega das leis fonéticas e explicar bem casos de não obediência a estas leis<sup>30</sup>. Sublinhamos que, a partir de tais propostas epistemológicas, a linguística não poderia mais ser considerada um a ciência natural<sup>31</sup>, por encontrar-se definitivamente ligada às ciências humanas e sociais.

Apesar do grande número de pesquisas de alta qualidade, os linguistas comparatistas, prisioneiros do pensamento positivista, segundo o qual a ciência deve “dizer as coisas como elas” são, limitaram-se a constatar os fatos que demonstrassem a evolução linguística. Eles não estavam, em absoluto, preocupados em procurar descobrir como as línguas evoluem e qual a razão desta evolução. A gramática de cada língua era concebida como um conjunto de fatos que, sendo observados de forma isolados, não eram coordenados<sup>32</sup>.

De qualquer modo, uma das mais notáveis contribuições da linguística histórica e comparada – e da linguística no seu conjunto – foi a de matizar a noção de erro — e não de eliminá-la — como tinham pensado estudos apressados feitos anteriormente. Estando a evolução das línguas exaustivamente demonstrada, numerosas incongruências da gramática tradicional tornaram-se explicáveis e não seriam mais catalogados como erros de gramática os fatos lingüísticos determinados por esta evolução. Restavam ainda, para serem estudados, os erros devido à fadiga, à atenção, assim como, as perturbações provocadas pelas patologias da linguagem.

---

27 . BRUGMANN, K et DELBRÜK, B. *Grundriss der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen*, 1866-1900. Meyer-Lübke applique cette théorie à l'étude des langues romanes : MEYER-LÜBKE, W – *Grammatik der romanischen Sprachen*. Leipzig, 1890-1902.

28. Cf. LESKIEN, A. *Declination im Slawisch-Lituanischen und Germanischen*. Leipzig, 1876, XXVIII.

29. Cf. OSTHOFF, H et BRUGMANN, K. – *Morphologischen Untersuchungen I*, 1878.

30. Idem, *ibidem*.

31. Cf. acima 1.4

32. Cf. MEILLET, A. – *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris, Librairie Honoré Champion. Editeur, 1965, p.6.

## 5. A grande transição: Ferdinando Saussure:

O hábito de citar o mestre, de Genebra como o “Pai da linguística moderna” nos faz, muitas vezes, esquecer que ele tinha sido igualmente um brilhante comparatista e um neogramático. Portanto, suas proposições só têm, realmente, valor quando o consideramos como um linguista de transição ou, mais precisamente, como aquele que fez a transição entre a linguística histórica e a linguística estrutural. Observando o esgotamento do método histórico e comparativo, Saussure formula uma série de metamodelos (diríamos, assim) caracterizados por uma extraordinária compreensão epistemológica e metodológica, assegurando as condições necessárias para o pleno desenvolvimento da ciência da linguagem<sup>33</sup>. Neste sentido, ele raramente propôs soluções para os problemas lingüísticos – e quando o fez, estas soluções eram, em seu entender, ainda provisórias. A importância de seu trabalho decorre, sobretudo, dos questionamentos extremamente fecundos que suscitou sobre os quais seus sucessores tiveram que se debruçar longamente.

Para Saussure, a crítica principal que se pode fazer à linguística histórica e comparada do século XIX refere-se à natureza e ao método de seus trabalhos, isto é, ao estudo de fatos lingüísticos isolados ou em séries evolutivas isoladas<sup>34</sup>, o que a tornava impotente para explicar o funcionamento da linguagem. Com efeito, “a língua é um sistema onde tudo se encontra em relação”, equivalendo ao conjunto de relações, onde cada elemento só tem valor em oposição aos outros. Isto daria ensejo à necessidade de distinguir dois métodos: um, o mais antigo, o da linguística evolutiva ou dinâmica, a que designaria, *a posteriori*, pelo termo diacronia (διαχρονία); outro, o novo método que ele propunha então que fosse uma linguística estática — e este termo teria um grande papel no desenvolvimento da linguística estruturalista, como veremos a seguir — método que ele propunha chamar sincronia (συγχρονισμός).

Como o próprio Saussure tinha sido um dos melhores especialistas em linguística histórica, não pretendia, de nenhum modo, negar a evolução das línguas. De certa maneira, a sincronia consistia, essencialmente, em operar uma ruptura metodológica (o que, depois alguns linguistas esqueceram) no eixo da história para estudar, em seguida, os elementos de uma língua dada, pertencentes a uma mesma etapa sincrônica — na realidade, um seguimento de tempo delimitado — e as relações que eles entretinham uns com os outros, de modo a explicar o funcionamento da língua, enquanto instrumento de comunicação no seio da vida social.

Em seguida, aparece uma distinção fundamental, a oposição língua/fala que ele não tinha explicitado, claramente, até este momento<sup>35</sup>. A língua é, pois, definida como social, abstrata psíquica e finita, enquanto que a fala se caracteriza como individual, concreta, psicofísica e infinita. Assim, depois de Saussure, as variações observadas nos atos de fala particulares não podem atingir a língua que a gera. Em consequência, segundo

33. Sobre as considerações que fazemos aqui e nas páginas seguintes, cf. SAUSSURE, F. de. – *Cours de linguistique générale*. 3<sup>e</sup> éd. Paris, Payot, 1964, p. 23-32 et 112-129. Cf. Também, SAUSSURE, F. de. *Cours de linguistique générale*, Edition critique préparée par Tullio de Mauro, Paris, Payot, 1978.

34. Cf. Acima a crítica de Meillet, 1.4.

35. Numa releitura da obra dos comparatistas nota-se, de fato, que as formas atestadas (necessariamente nos atos de fala) isoladas permitem inferir, muitas vezes, “leis” gerais.

esta concepção, o sistema é estático. Torna-se impossível, evidentemente, explicar como os sistemas lingüísticos mudam. É esta uma das críticas mais pertinentes que se pode fazer, posteriormente, ao estruturalismo clássico. A “língua é, portanto, uma forma e não uma substância”<sup>36</sup>, o que levaria a não distinção das noções de sistema e de estrutura cuja definição matemática é justamente “um conjunto de relações”, consideradas, nesta perspectiva, como termos equivalentes.

Por outro lado, a teoria do signo elaborada por Saussure foi muito produtiva não apenas pelas aplicações que permitia, mas, sobretudo, em vista das fecundas reflexões que desencadeou (com em Hjelmslev, por exemplo), conduzindo a sua própria e profunda reformulação em lingüística e em semiótica. Pretendendo escapar da teoria clássica do signo<sup>37</sup>, ele se propôs a definir o signo, internamente, como uma entidade dotada de duas faces indissociáveis: **o significante – a imagem acústica; o significado – o conceito**, suscitando tal concepção do significante e do significado novos questionamentos. Retomaremos este ponto depois. Entretanto, ele não pode abster-se de dizer que o significado estava vinculado a um referente externo, extralingüístico, de sorte que o signo se tornaria, em última análise “signo de alguma coisa.” Para Saussure, a língua é um código que compreende, em consequência, elementos ou repertório de entidades – os signos enquanto entidades dotadas de uma face significante e uma face significada – e as regras de combinação destes elementos. Ele recusa, portanto, a metáfora biológica<sup>38</sup>, por sustentar uma concepção de língua como instituição social, de sorte que, segundo esta proposição epistemológica da mais alta importância, a explicação última da natureza dos signos e da linguagem humana não deveria ser procurada na biologia, mas na sociologia. Esta concepção o conduziria a outra proposição epistemológica, a da criação, que aconteceria no futuro, de uma nova ciência, a semiologia, isto é, o estudo dos signos no seio da vida social, da qual a lingüística viria, então, a constituir um de seus ramos.

## 6. A escola fonológica de Praga:

Em 1930, N.S Troubetzkoy propôs a criação de uma nova disciplina, a fonologia — a primeira grande corrente da lingüística moderna — e, nos anos seguintes, seus trabalhos, aos quais se associaram seus discípulos Roman Jakobson e André Martinet, consagraram-no, sem dúvida alguma, como um dos grandes intérpretes de Saussure e, também, um de seus melhores críticos<sup>39</sup>.

Reconhecendo a importância científica e epistemológica das dicotomias saussurianas, Troubetzkoy acrescentava que faltava colocá-las em relação umas com as outras. Assim, se tomarmos as oposições língua/fala e significante/significado, deveríamos levar em conta as relações que elas estabelecem entre si, o que conduziria, necessariamente, a distinção, de um lado, entre significante e significado da língua e, do outro, entre significante e

36. Cf. Saussure, F, de. – *Op cit*, p.156-157.

37. Cf. Acima 1.3.

38. Cf. Acima 1.4.

39. Sobre as principais linhas do pensamento de Troubetzkoy, veja sua principal obra: TROUBETZKOY, N.S. – *Principles de Phonologie*. Trad. De J. Cantineau. (Reimpressão da 1ª ed., 1949). Paris, Editions Klincksiek, 1964. Cf. mais particularmente I «Introdução», p.1-29.

significado da fala. Este raciocínio levou à proposição do conceito de fonema, enquanto unidade do significado da língua, portanto, unidade mental, psíquica, abstrata e discreta, cuja função linguística é a função distintiva de signos por oposição a seus significantes. Então, o fonema não é o som da linguagem. Aos fonemas — unidades de língua ou “sons” da língua — correspondem, na fala, suas realizações concretas que constituem, em sua variação infinita, os sons da linguagem. A oposição fonema/som é fortemente estabelecida.

Desta maneira, a fonologia se definiu como a disciplina que estuda os fonemas, suas relações e suas funções. Uma vez que ela procura descrever e explicar unidades mentais e abstratas, seus métodos são lógico-matemáticos. Portanto, nisto ela se distingue, nitidamente, da fonética cujo objeto é constituído pelos sons da linguagem, isto é, pelas realizações concretas da fala cujos métodos foram emprestados das ciências físicas e naturais, mais exatamente, da anatomia e da fisiologia humanas — para a fonética articulatória — e a física — para a fonética acústica.

Esta decisão teve fortes consequências epistemológicas. Enquanto primeira disciplina da linguística moderna, ela se caracteriza como observacional e não experimental. A fonética, devido a seu caráter simultaneamente observacional e experimental, não seria mais tomada como um dos ramos da linguística e abandonava todas as suas ligações com as ciências naturais para se tornar, clara e definitivamente, uma das ciências humanas e sociais.

Pela primeira vez, em linguística e mesmo nas ciências do homem de um modo geral — o criador da fonologia introduzia e tornava operatórios os modelos matemáticos e lógicos — matemáticos, dando-lhes, assim, condições para a construção de uma metalinguagem científica rigorosa que lhe permitia, também, a formalização e que atribuía aos modelos lingüísticos um maior poder de abstração e de aplicação. A linguística deve a Troubetzkoy propostas extremamente fecundas para as pesquisas subseqüentes, como, por exemplo, a aplicação do método da comunicação (matemática) donde se origina a análise distribucional (o método estruturalista de base) e as noções de pertinência, traço distintivo, oposição binária, feixe binário, fonema como feixe binário de oposições binárias, entre outros. Quanto à proposta para uma semântica da palavra ou do discurso que se deveria desenvolver paralelamente a semântica da língua, foi preciso esperar os anos sessenta para vê-la acabada.

## 7. O estruturalismo “clássico”.

Tudo que se convencionou chamar estruturalismo em linguística corresponde, na realidade, a um conjunto muito vasto de escolas não homogêneas onde os conflitos se manifestam constantemente. Trata-se, sem dúvida, de um período caracterizado por uma produção científica intensa que se desenvolveu entre os anos quarenta e sessenta ( são apenas referências) cujas contribuições epistemológicas e metodológicas para o desenvolvimento posterior da ciência não podem ser negligenciadas. Ao entusiasmo provocado pelas propostas estruturalistas, corresponde, também, o grande número de críticas que lhes vêm sendo atribuídas. Havia algumas que eram desprovidas de fundamentos, ou ainda, eram fundamentadas sobre o dogmatismo e a falta de informação — mas havia outras, de fato, pertinentes e estas são as únicas que merecem nossa atenção aqui.

As diferentes correntes estruturalistas apresentavam alguns denominadores comuns sobre os quais reinavam uma espécie de consenso. De uma maneira geral, as teorias estruturalistas podem ser reunidas em dois grupos, tendo em vista a metateoria que orienta os esforços da pesquisa teórica e de suas aplicações: *as teorias funcionalistas*, como as de Martinet e Jakobson, que utilizavam a noção de função como trabalho, desempenho e funcionamento da linguagem, e *as teorias formalistas*, como, por exemplo, a de Hjelmslev que tomaram função como relação de dependência no sentido próximo (mas não idêntico) àquele atribuído pelos matemáticos.

A oposição saussureana língua/fala pode ser expressa, para Martinet e para Jakobson, em termos de código/mensagem, o que não as torna, entretanto, sinônimas. Se o código é um repertório de elementos que compota um inventário de signos e um conjunto de regras, quer dizer, de leis combinatórias que permitem sua atualização na mensagem, na codificação, este mesmo código é simultaneamente a organização, segundo a qual cada elemento da mensagem é confrontado, por seu julgamento e interpretação, com a decodificação<sup>40</sup>. A língua é, depois, um código e este código permanece estático.

Para Martinet, a linguagem humana tem fundamentalmente três funções: sendo instrumento de comunicação, suporte do pensamento e instrumento de expressão da subjetividade e, possivelmente, uma quarta função, a estética<sup>41</sup>. Segundo o autor, todas estas funções se situam, dentro da cadeia falada, nos atos de fala, portanto, no enunciado. A ênfase é dada à função de comunicação, a qual é considerada, simplesmente, como transferência da informação, aliás, é este um entendimento comum entre os autores estruturalistas, de maneira que não há lugar, em sua teoria, para o tratamento da informação. Mesmo que a função de comunicação no enunciado, estabeleça uma relação entre esta e a escolha do locutor, determinada por sua *intenção* de comunicação, ele não permite, à linguística, a possibilidade de estudar a dinâmica da enunciação, afirmando, textualmente, que “*não é o linguista, enquanto tal que irá precisar onde o locutor encontra disponíveis estes fatos linguísticos, nem através de quais processos este locutor foi levado a fazer uma escolha, conveniente às suas necessidades de comunicação*”<sup>42</sup>. Por outro lado, as relações entre língua e cultura mereceram uma grande atenção dos estruturalistas. Martinet, por exemplo, reconhecia a diversidade da análise dos dados da experiência nas diferentes culturas. Entretanto, esta relação é vista como uma correspondência: “*De fato, a cada língua corresponde uma organização particular dos dados da experiência. Aprender outra língua [...] (é) habituar-se a analisar de outro modo aquilo que faz o objeto das comunicações linguísticas*”<sup>43</sup>. De certa maneira, embora os linguistas estruturalistas estivessem de acordo sobre a importância desta questão, eles jamais conseguiram estabelecer um consenso quanto ao que diz respeito à natureza desta correspondência. Assim, para Sapir, a língua e cultura constituem duas realidades diferentes cuja evolução não é paralela e somente reflete a cultura, o que se faz, com certo atraso, em relação às mudanças da cultura<sup>44</sup>, enquanto que, para seu discípulo Whorf,

40. Cf. MARTINET, A. – *Eléments de linguistique générale*. A. Colin, 1963, p.30

41. Id. Ibid., p.13.

42. Id. Ibid., p.38-39.

43. Id. Ibid., p.30.

44. .Cf. SAPIR, E. – *La linguistique*. Paris, Ed



a língua determina a cultura. Assim, o conhecimento que o povo tem do mundo é relativo à sua língua. Portanto, tantas quantas forem as línguas ou os sistemas linguísticos, tantas serão as visões de mundo<sup>45</sup>. De qualquer forma, os estruturalistas concordavam plenamente com a ideia de que a linguística tem por objeto a diversidade linguística e que ela deve se ocupar da diversidade das línguas concebidas como instituições sociais e em relação com as culturas correspondentes. Assim, os autores do estruturalismo clássico contribuíram, decisivamente, para o enriquecimento e ampliação do conceito de Saussure, a propósito das relações privilegiadas entre a linguística e a sociologia<sup>46</sup>, sustentando a necessidade de desenvolver as relações interdisciplinares entre a linguística e o conjunto das ciências humanas. A partir destas duas propostas carregadas de consequências epistemológicas e metodológicas, seria necessário procurar a explicação última da natureza da linguagem e da natureza dos signos em suas relações com a sociedade, a cultura e o pensamento. Destaca aqui uma importante justificação epistemológica da sociolinguística, da etnolinguística e da psicolinguística, respectivamente. Trata-se, portanto, de duas propostas que constituem aquisições definitivas para a ciência da linguagem.

Sem dúvida alguma, Hjelmslev foi o melhor interprete e, ao mesmo tempo, o melhor crítico de Saussure. Considerando como insustentável a concepção saussuriana segundo a qual a língua é forma e não substância<sup>47</sup>, posto que em uma ciência que evita todo postulado que não é rigorosamente necessário, nada autoriza a fazer preceder a língua pela *substância do conteúdo* (pensamento) ou pela *substância de expressão* (cadeia fônica), seja numa ordem temporal ou numa ordem hierárquica. Ele propõe, por sua vez, que a língua seja uma forma entre duas substâncias, isto é, que uma forma – estrutura – projete-se, simultaneamente, sobre duas substâncias, um *continuum* amorfo semântico, dos dados da experiência, do conteúdo, e um *continuum* amorfo de expressão fônica<sup>48</sup>.

Desta maneira, Hjelmslev pode conceber a língua como um sistema semiótico, dotado de dois planos: o plano do conteúdo, compreendendo uma forma e uma substância de conteúdo e o plano da expressão, que compreende uma forma e uma substância de expressão. Esta concepção lhe permitiu contornar um problema extremamente difícil, o da formulação de uma teoria do signo — problema que, como vimos<sup>49</sup>, desde dois mil anos de reflexão, conduziria sempre a um impasse — e apresentar a proposta, segundo a qual se deveria estudar não mais o signo, mas a significação, entendida como função semiótica — quer dizer como relação de dependência entre o plano do conteúdo e o plano da expressão — e semiose, enquanto processo de produção da significação<sup>50</sup>.

Com efeito, estas propostas constituíram a base epistemológica segundo a qual iriam constituir-se, mais tarde, as bases da semiótica, enquanto ciência da significação. Além disso, elas levaram igualmente a distinguir, claramente, entre as noções de sistema e de

---

45 . Cf. WHORF, B. – *Linguistique et anthropologie. Les origines de la sémiologie*. Paris, Denël-Gonthier, 1969. Cf. Também com WHORF, B. – *Lenguaje, pensamiento y realidad*. Barcelona, Barral, 1971.

46 . Cf. acima 1.5.

47 . Cf. acima 1.5.

48 . Cf. HJELMSLEV, L. – *Prolegomènes à une théorie du langage*. Paris, Ed. De Minuit, 1968.

49 . Cf. acima, 1.3; 1.5 e 1.6.

50 . Cf. HELMSLEV, l. Op. Cit., p.53-54 e 71-72.

estrutura — noção que eram equivalentes em Saussure<sup>51</sup> —: o sistema não é uma estrutura, mas contém uma estrutura ou, se se prefere, sistema é igual à estrutura e substância

Por outro lado, a proposta Hjelmsleviana da noção de isomorfismo — segundo a qual o plano de conteúdo e o plano de expressão são isomorfos — teria as consequências mais importantes para o desenvolvimento ulterior da linguística e da semiótica, tanto no que concerne a práxis da pesquisa científica, como do ponto de vista de sua justificativa epistemológica. Segundo a leitura correta que dela fez Greimas, o isomorfismo significa que o plano de conteúdo e o plano da expressão são suscetíveis de serem descritos pela mesma metalinguagem.

Na realidade, a proposta do isomorfismo tornou possível e, ao mesmo tempo, justificável a extrapolação que foi feita, no estruturalismo, da metalinguagem rigorosa e dos modelos (dotados de um grande poder de abstração de explicação e de formalização) da fonologia aos outros níveis de análise da linguagem. Assim, a partir da fonologia, elaborada por Troubetzkoy e, a seguir, altamente desenvolvida por Martinet e Jakobson<sup>52</sup> — a tal ponto que seus modelos não foram suplantadas neste domínio até hoje (se se considera também o relativo insucesso da fonologia gerativa) — a criação de outras disciplinas tornou-se possível, cujo exemplo mais perfeito da análise distribucional se encontra nos trabalhos de Dubois, numa certa fase<sup>53</sup>; a sintaxe estrutural com Tesnière<sup>54</sup> e a semântica estrutural com Greimas<sup>55</sup> ou Pottier<sup>56</sup>, entre outros.

Como consequência, a linguística do período estruturalista veio para definir, claramente, aquilo que ela chamava de níveis de análise linguística, assim como as disciplinas que lhes correspondiam: a fonologia, encarregada de estudar unidades distintivas da segunda articulação, o significante; a morfossintaxe (cuja concepção foi sempre um pouco oscilante) que se ocupa dos signos mínimos, de suas funções e de sua combinatória na construção do vocábulo, a lexicologia, cujo objeto é constituído pelas unidades do léxico (primeiro nível do qual os sujeitos falantes comuns têm plena consciência) ou as lexicais, ou seja, as unidades memorizadas e disponíveis para articulação, tratadas do ponto de vista qualitativo (como é o caso de Dubois ou Pottier<sup>57</sup>, por exemplo) ou quantitativa (como na obra de Muller<sup>58</sup>); a sintaxe que se ocupa da combinatória intervocábulos ou interlexias, no interior do sintagma, e da combinatória de sintagmas no interior do enunciado; a semântica que se ocupa da combinatória dos elementos de que resulta o significado, em diferentes níveis.

De um modo geral, pode-se dizer que a linguística estruturalista se fixou como limite máximo, na análise das estruturas linguísticas: o enunciado ou a frase. Ela tinha uma

---

51. Cf. acima 1.5.

52. Cf. JAKOBSON, R. — *Essais de linguistique*. Paris. Minuit, 1963. Cf. MARTINET, A. Op. Cit.

53. Cf. DUBOIS, J. — *Grammaire structurale du français: nom et pronom*. Paris. Larousse, 1976.

54. Cf. TESNIÈRE, L. — *Eléments de syntaxe structurale*. Paris. Klincksieck, 1969.

55. Cf. GREIMAS, A. J. — *Sémantique structurale*. Paris. Larousse, 1966.

56. Estamos pensando, por exemplo, em análise sêmica. Cf. POTTIER, B. — *Presentación de la lingüística*. Madrid. Romania, 1968: etc.

57. Cf. POTTIER, B. op. cit. E também *Lingüística moderna y filología hispánica*. Madrid. Gredos, 1970.

58. Cf. MULLER, Ch. *Inittion à la stastique linguistique*. Paris. Larousse, 1967.

concepção estática de sistema e estrutura e considerava a língua como um código, visto como um conjunto estático de elementos disponíveis para as atualizações nos atos de fala. Eram estes os dados observáveis, aquilo que resta, alias, a partir dos quais os linguistas deveriam, essencialmente, construir seus modelos de língua ou de sistema. Estando voltados para a defesa vigorosa, que fizeram Saussure e seus discípulos, da necessidade de uma postura sincrônica na abordagem dos fenômenos linguísticos, pode-se compreender que a maioria dos autores estruturalistas tenham sustentados, em seus estudos, uma sincronia rígida. Entre estes, existe aqueles que provocaram um afastamento epistemológico, transportando a sincronia do método a uma sincronia do objeto linguístico. Todavia, ao lado de diversas teorias construídas com uma noção de estrutura entendida como um conjunto de relações estáticas, numa etapa sincrônica, podem-se distinguir outras teorias onde esta concepção estática deveria ser acentuadas como é o caso, sobretudo, de Hjelmslev, de Coseriu, de Benveniste (que estiveram um pouco à margem do estruturalismo clássico), de Guillaume e de Pottier (dentro desta fase). Trata-se de um assunto muito importante que teremos a ocasião de, muitas vezes, retornar a ele em nosso trabalho.

Com efeito, Hjelmslev propôs considerar o signo como uma grandeza definível, que formula os conceitos de significação como função semiótica e de semiose, como processo instaurador desta relação. Ele opõe à dicotomia saussuriana língua/fala, sua formulação sistema processo, onde a língua pode ser assimilada ao sistema e o texto, ao processo<sup>59</sup>. Embora ele tenha afirmado que o sistema é estático, ele reconheceu, todavia, que “uma língua é antes de tudo um sistema de signos e, para preencher plenamente esta função, ela deve ser sempre capaz de produzir novos signos, novas palavras, novas raízes<sup>60</sup>. Segue-se a distinção fundamental entre esquema — relações abstratas — e o uso da língua que teria, em seguida, importantes desdobramento<sup>61</sup>. Assim, a estrutura pode-se ser vista como uma constante em relação às variáveis que são os diferentes usos. Entretanto, estes últimos podem ser tomados enquanto constantes, em relação às variáveis que são os atos de fala concretos e particulares. Hjelmslev parece, portanto, ter oscilado entre uma visão sincrônica e uma visão pancrônica. Os aspectos dinâmicos de sua teoria não foram claramente percebidos a não ser *a posteriori*, em função do papel extremamente importante que exerceram na construção dos modelos de várias teorias desenvolvidas após o estruturalismo.

Por outro lado, uma crítica bem fundamentada da sincronia foi formulada por Coseriu em pleno estruturalismo. Ele estava de acordo com Saussure, quanto à afirmação de que a diacronia estudava os fatos lingüísticos isolados sem examinar as relações que eles mantinham entre si, o que o impedia de explicar o funcionamento da língua enquanto instituição social ou enquanto instrumento de comunicação; por outro lado, ele acrescenta que o método sincrônico fazia com que a lingüística perdesse a perspectiva histórica, o que tornava impossível compreender como os sistemas mudam e, em última análise, compreender o próprio sistema de uma língua uma vez que esta se origina sempre de um sistema precedente. Tais reflexões levaram-no a propor um novo método de aproximação e de tratamento dos fenômenos lingüísticos, a pancronia. Esta consiste, essencialmente, no

---

59. Cf. HJELMSLEV, L. Op. cit., p.18, 187.

60. Idem ibidem. p. 79-80.

61. Idem, ibidem. p. 63-64

estudo de dois ou vários sistemas que pertencem à mesma língua ou ao mesmo idioma, correspondendo a etapas sincrônicas sucessivas no eixo do tempo. Nos termos em que o método pancrônico foi proposto por Coseriu, ele se fundamenta numa combinação dos eixos sincrônicos e diacrônicos<sup>62</sup>.

Todavia, o rigor e a produtividade da pesquisa exigem a fixação de limites mais ou menos arbitrários no que concerne ao período de tempo que deve ser metodologicamente tomado como sincrônico para o levantamento dos dados suscetíveis de serem definidos como relevantes para um mesmo sistema. Por outro lado, eles tornam necessário o estabelecimento de um intervalo, no eixo do tempo, entre dois sistemas determinados e considerados como sucessivos, para que se possam observar diferenças suficientemente sensíveis entre eles. Isto implica, inevitavelmente, no surgimento de “buracos negros” na memória linguística<sup>63</sup> entre os sistemas examinados.

Coseriu formula, também, a tríplice oposição entre sistema/norma/fala. A fala corresponde aos atos linguísticos que constituem dados observáveis no momento mesmo de sua produção. A norma se configura como o primeiro grau de abstração e é constituída por hábitos linguísticos ou aquilo que, no falar concreto, é a repetição de modelos anteriores. O sistema, por sua vez, é o segundo grau de abstração: de um lado, contém somente aquilo que, na norma, constitui uma oposição funcional e, de outro lado, “o sistema é sistema de possibilidades, de coordenadas que indicam caminhos abertos e caminhos fechados: pode considerar-se um conjunto de imposições, como também e talvez melhor, um conjunto de liberdades, posto que admite infinitas realizações, apenas que não afetam as condições funcionais do instrumento linguístico. [...] A norma é, com efeito, um sistema de realizações obrigatórias, de imposições sociais e culturais e varia segundo a comunidade<sup>64</sup>.”

Daí decorre a distinção entre dois níveis da mutação linguística: a produção contínua dos atos linguísticos diferentes conduz a uma lenta acumulação dessas diferenças, ao ponto de provocar uma mudança da norma. As mudanças sucessivas que têm lugar no nível da norma se acumulam, por seu turno, ao ponto de provocar uma mudança no nível de sistema. O sujeito falante é assim a fonte de mudança do sistema<sup>65</sup>. Esta concepção da mutação linguística, enquanto mudança do sistema, ou enquanto sucessão de sistemas se revela, portanto, nitidamente distinta, da concepção de evolução linguística da diacronia tradicional<sup>66</sup>. De outro lado, a norma na medida em que compreende somente a repetição de modelos anteriores, é suscetível de uma descrição que resulta de tratamento estatístico. Pode-se dizer, então, que pertencem à norma elementos caracterizados por uma frequência estável de atualização e por uma distribuição regular entre os sujeitos falantes de um seguimento social dado<sup>67</sup>.

---

62. Cf. COSERIU, E. *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Madrid. Gredos, 1967, p. 11-113.

63. Cf. acima 1.4.

64. Cf. COSERIU, E. – Op. cit., p.95-98.

65. Cf. COSERIU, E. – Op. cit., p.102.

66. Cf. acima 1.4 e, mais particularmente, a ideia da evolução linguística segundo Schleicher.

67. Cf. BARBOSA, M. A. – *Léxico, produção e criatividade. Processos de neologismo*. São Paulo. Global, 1981, p.43-44.